Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

ATA da 112ª Reunião
do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural
10 e 11 de março de 2026

No dia dez de março de 2026, às 9h, no Edifício Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro – RJ, o Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Presidente Leandro Grass, deu as boas-vindas a todos e todas e abriu a 112ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Cumprimentou os quinze novos representantes da sociedade civil: André Luís Nascimento dos Santos, Antônio César Caldas Pinheiro, Beatriz Bueno, Braulina Baniwa, Ciro Pirondi, Eduardo Pierrotti Rossetti, Fábio Macedo Velame (*on line*), Josué da Costa Silva, Maria Angélica da Silva, Maria Laura Cavalcanti, Natália Miranda Vieira de Araújo, Rosildo do Rosário, Vagner Gonçalves da Silva (*on line*), Vercilene Francisco Dias e Vivian Fonseca. Cumprimentou também os novos representantes das cinco entidades: Raquel Furtado Schenkman Contier (Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB), Luciana Gonçalves de Carvalho (Associação Brasileira de Antropologia – ABA), Patrícia Marinho de Carvalho (Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB), Júlio César Ribeiro Sampaio (Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS) e Cristina Meneguello (Associação Nacional de História - ANPUH). E os representantes governamentais: Natalete Oliveira da Silva (MinC, *on line*), Isabela Oliveira Pereira (MCid), Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (MEC), Samara Candeira Pinho de Souza (MIR), Bernardo Issa (MMA), Karkaju Pataxó (MPI), Rafael Costa Morgado (MTur), Fernanda do Nascimento Thomaz (Fundação Palmares) e Ana Carolina Gelmini de Faria (Ibram). Informou a todos que a reunião é pública e transmitida ao vivo pelo canal do Iphan no YouTube e iniciou com uma breve apresentação de todos, que se apresentaram um por um. O presidente apresentou então a pauta da reunião, com oito processos a serem deliberados: 1) revalidação do registro do bem imaterial Maracatu Nação; 2) Tombamento do Solar Artur Sampaio, em Nazaré-BA; 3) Tombamento da imagem de São Bonifácio, em São Luis-MA; 4) tombamento da Igreja São Lourenço do Tejucupapo, em Goiana-PE; 5) Registro da Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, em Lençois-BA; 6) Registro dos Saberes e Práticas dos Engenhos de Farinha de mandioca (SC); 7) Registro da Pesca com Botos no sul do Brasil; e 8) Registro do circo de tradição familiar. Fez dois informes antes de iniciar os itens de pauta. O primeiro informe tratou das Câmaras Setoriais do Conselho. A Câmara Setorial de Patrimônio Material é presidida pelo Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM e é usualmente composta pelos representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios -

ICOMOS e da sociedade civil. Essa câmara debate, por exemplo, sobre dar prosseguimento ou arquivamento a pedidos de tombamento quando há divergência entre áreas técnicas do Iphan (superintendência e sede). A Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial é presidida pelo Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI e é usualmente composta por representantes da Associação Nacional de História – ANPUH, da Associação Brasileira de Antropologia - ABA e da sociedade civil. Essa câmara, como a anterior, também debate sobre pertinência e arquivamento de pedidos de Registro e sobre processos de revalidação. E a Câmara Setorial de Arqueologia, presidida pela Diretora do Centro Nacional de Arqueologia – CNA, composta por representantes da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, do Ministério dos Povos Indígenas, da Fundação Palmares, do Ministério da Igualdade Racial e representantes da sociedade civil. Considerando que todos os representantes da sociedade civil estão em início de mandato, falou da necessidade de definir essas novas representações nas Câmaras, o que será feito no início do segundo dia da reunião. O segundo informe tratou sobre **TOMBAMENTOS DE QUILOMBOS**. O Presidente informou que o § 5º do art. 216 da Constituição Federal estabelece que *"Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos"*. Portanto, o tombamento de quilombos se constitui em um direito assegurado pelos constituintes há mais de 35 anos. Trata-se de um dispositivo constitucional cuja implementação, no âmbito do Iphan, representou um grande desafio institucional ao longo das últimas décadas, permanecendo como uma agenda pendente durante todo esse período. Até o momento, os quilombos tombados pela instituição — Quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais, e Quilombo dos Palmares, em Alagoas — correspondem a sítios arqueológicos, remanescentes materiais de antigas comunidades já não residentes nesses territórios. São lugares que preservam parte fundamental da memória do país, mas não contemplam, em sua integralidade, o patrimônio cultural vivo das comunidades quilombolas que seguem produzindo e reproduzindo suas práticas culturais no presente. A edição da Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro de 2023, buscou justamente aprimorar esse cenário. Ela institui um procedimento mais célere, coerente com os atuais conceitos de patrimônio cultural e alinhado às diretrizes que integram dimensões materiais e imateriais. Trata-se de uma normativa que reconhece que os quilombos contemporâneos são espaços vivos, repletos de histórias, valores, referências, práticas e saberes que enriquecem o patrimônio cultural brasileiro. A Portaria dispõe, em seu art. 18, que: "*Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos que obtiverem a declaração do tombamento terão seus processos encaminhados ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para ciência. § 1º O Depam deverá relatar aos conselheiros quais documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos que receberam a Declaração de Tombamento pelo Iphan. § 2º O ato descrito no § 1º deste artigo deverá constar na Ata da reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural".* Diante do avanço que o Iphan vem promovendo na implementação dessa política e considerando a nova etapa que se inaugura com a aplicação plena da Portaria nº 135/2023. Passou a palavra ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material, Andrey Schlee, que apresentou os processos em curso na instituição (7246955) e, em especial, o primeiro caso de quilombo a ser declarado tombado pelo Iphan (7246957) segundo os parâmetros e diretrizes estabelecidos pela nova normativa (https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-iphan-no-135-de-20-de-novembro-de-2023). Em seguida, passou a palavra à Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, Patrícia Regina Correa Wanzeller, que fez uma brilhante explanação sobre o 7246959quilombo localizado no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, que se constitui em território negro urbano, reconhecido como espaço de memória, cultura e resistência afrobrasileira;

em uma região de alto valor imobiliário, onde o território quilombola vem sendo historicamente ameaçado. Informou que o tombamento está em fase final de instrução. Sua fala está disponível no documento (). Em seguida, passou-se a palavra ao Superintendente do Iphan no Mato Grosso do Sul, que falou do tombamento do Quilombo Tia Eva, um conjunto robusto de referências culturais que existe há mais de um século. Sua apresentação está disponível no documento (7246958). Foi exibido um vídeo sobre o Quilombo Tia Eva (https://www.youtube.com/watch?v=xwkyDjPXtzw). Concluídos os informes, passou-se ao primeiro item da pauta: REVALIDAÇÃO DO MARACATU NAÇÃO. O Diretor do DPI, Deyvesson Gusmão, explicou como se dão as revalidações e apresentou esse item de pauta, com exibição de um vídeo (https://www.youtube.com/watch?v=uX5wx0hycwg). Passou então a palavra à Conselheira Luciana Gonçalves de Carvalho, que fez a leitura da súmula (7246960) e fez considerações com base no que foi tratado na Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, que aprovou o parecer por unanimidade. O Presidente agradeceu à Conselheira e saudou os detentores do Maracatu Nação que estavam acompanhando a reunião. Informou que, além da revalidação, o Brasil está encaminhando a candidatura do Maracatu Nação para reconhecimento como patrimônio da humanidade (junto à UNESCO). Na China, no final do ano, haverá a Convenção do Patrimônio Imaterial. Mencionou que no ano de 2024 a UNESCO reconheceu o modo de fazer queijo minas como patrimônio da humanidade. Também na UNESCO, no âmbito do patrimônio material, o Iphan está com a candidatura dos teatros de Manaus e de Belém. Além disso, para o próximo ciclo da convenção do patrimônio da humanidade, será encaminhada a candidatura do Forró. Dito isso, abriu então para o debate sobre a revalidação do Maracatu Nação. As(os) conselheiras(os) André Luís Nascimento dos Santos, Natália Miranda Vieira de Araújo, Fernanda Thomaz e Rosildo do Rosário se manifestaram falando da importância de revalidar para que o bem siga existindo; da emoção de participar do Conselho iniciando por essa revalidação; da ancestralidade viva no Maracatu Nação, com representação feminina muito importante, com consequências na ampliação nos números de maracatu nação e ampliação na região metropolitana; da necessidade de apoio e fomento; da importância ainda maior no contexto das intolerâncias religiosas; do processo histórico; da função política em aprovar essa revalidação; do necessário apoio do Estado em proteger as pessoas da violência cotidiana, do racismo; da importância em proteger esse bem cultural de matriz africana, feito por pessoas que precisam também ser protegidas. Findo o debate, houve a votação e todos foram favoráveis à revalidação. O Presidente **DECLAROU REVALIDADO, PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL DO BEM IMATERIAL "MARACATU NAÇÃO".** Passou-se ao segundo item da pauta, que trata do **PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SOLAR ARTUR SAMPAIO, EM NAZARÉ (BAHIA).** O Diretor do Departamento de Patrimônio Material - Depam, Andrey Schlee, fez uma breve apresentação, de forma cronológica, sobre a trajetória constitucional do Iphan (7246954). Apresentou o bem em questão (7246961) e passou a palavra à Conselheira Relatora Natalete Oliveira (MinC), que leu o seu parecer (7246972). Após a apresentação do parecer, houve o debate. A Conselheira Cristina Meneguello comentou como o parecer evidencia um vício a ser vencido nos órgãos de patrimônio: o vai e vem, as delongas, enquanto o tempo e a realidade avançam sobre os bens, sobre os núcleos urbanos. Há processos com mais de 50 anos A retomada desse processo é um gesto de justiça histórica, pois o bem resistiu ao tempo, a fruição dele considerado como patrimônio foi negada para essa cidade por décadas, não há solução retroativa possível, mas espera-se que haja boas ações de salvaguarda. A Conselheira Beatriz Bueno parabenizou a relatora pelo minucioso parecer, que permite entender a importância da preservação deste bem tantos anos depois. Esse bem vai além do solar, um solar em uma cidade no recôncavo baiano

com características arquitetônicas e paisagísticas muito raras. Está-se preservando um edifício relacionado a um conjunto urbanístico em Salvador que se descaracterizou, ambos vinculados ao ciclo da farinha de mandioca, economia de raiz indígena, com importantes desdobramentos no Brasil como um todo, ainda carente de preservação. A Conselheira Raquel Schenkman mencionou que a princípio parecia uma pauta com "mais do mesmo": uma igreja, um solar, uma escultura de santo. Mas, ao estudar os processos, vê-se tantas ressignificações. Uma das questões é essa ideia de conjunto urbano, com diretrizes de gestão do entorno muito acertadas. Perguntou se o Solar tem proteção patrimonial em outras instancias (municipal, estadual, ambiental - na questão do rio). O Conselheiro Júlio Cesar acrescentou que essas questões podem vir a representar uma nova visão em termos de conservação, incorporando aspectos sociais, econômicos, culturais e afetivos, bastantes destacados dentro do parecer. O Conselheiro Eduardo Pierrotti Rossetti mencionou que a leitura foi prazerosa, e falou da importância do olhar para relação do edifício com seu entorno, com o rio e com as pessoas, lembrando a implantação análoga do Solar do Unhão, em Salvador, que se abre para as águas da Baía de Todos os Santos. A Conselheira Maria Laura Cavalcanti também saudou a relatora pelo trabalho maravilhoso, que permite o entendimento completo do bem, mencionou preocupação com tapume azul do entrono e falou do efeito do tombamento, que traz uma coisa muito forte para reflexão: a força daquele elemento isolado naquele contexto e que sofreu profundas transformações. Em resposta, o Diretor Andrey explicou que os processos andam lentamente em parte porque as pessoas ficam tão encantadas com os processos históricos e a pesquisa vai se aprofundando. Sobre os arquivamentos, explicou que antes todos os processos vinham para o Conselho, mas hoje quando a superintendência indica o arquivamento e a sede concorda, o pedido de tombamento é arquivado. Quando há discordância entre superintendência e sede, o pedido de tombamento vai para decisão pela Câmara Técnica. A ata da Câmara é lida no Conselho. Qualquer conselheiro pode discordar. O debate é até onde é necessário tombar bens que não tenham valor nacional, já que existem tombamentos municipais e estaduais. O Solar do Unhão é menor que esse que está sendo tombado agora. Espera-se que seja possível contratar um projeto da qualidade do Solar do Unhão e que aquela praça onde o bem se encontra possa ser melhorada. Espera-se que a partir do sobrado, possa-se revitalizar todo o entorno, articulando espaços melhores para as nossas cidades do interior, a partir de um tombamento. A Conselheira Beatriz Bueno, sugeriu a ideia de se pensar um modo potencializar e ressignificar articuladamente o conjunto arquitetônico de Nazaré das Farinhas a Salvador, mencionando a possibilidade de um *ferry boat* que saísse do Solar e o conectasse ao Cais da Farinha em Salvador, junto do Mercado Modelo. O Presidente Leandro Grass falou da parceria com o Ministério das Cidades para revitalizar elementos que se conectam com bens tombados, como o programa Periferia Viva e outros programas que o Ministério das Cidades tem, de revitalização e de requalificação, para evoluirmos. Falou que esse papel deve ser compartilhado com estados e municípios. Há competências que são concorrentes e outras que são privativas dos entes federados. O Sistema Nacional de Patrimônio Cultural está em fase de implementação. É preciso trabalhar em conjunto. Findo o debate, passou-se à votação e todos foram favoráveis ao tombamento. O Presidente **DECLAROU APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO DO SOLAR ARTUR SAMPAIO, EM NAZARÉ (BAHIA)**. Exibiu-se, em seguida, o vídeo da Campanha contra o racismo cultural: '**O bem é você que faz"** (7247011). Passou-se a palavra ao Superintendente do Iphan na Bahia, Hermano Fabricio Oliveira Guanais. O Superintendente cumprimentou a todos, agradeceu pelo reconhecimento de mais um bem cultural da Bahia, em meio a um conjunto expressivo de bens culturais. Mencionou que este processo tem 73

anos, demonstrando a capacidade restrita que o Iphan tem, devido à ausência de servidores, mencionou que Iphan BA ficou anos com apenas uma arquiteta para todo o Estado. Cumprimentou o corpo técnico do Iphan, em especial à servidora Luciana, do Iphan BA. Disse ser necessário definir estratégias para resolver o enorme passivo de processos. Falou da necessidade de os governos municipais e estaduais assumirem funções na preservação patrimonial. Concluiu afirmando que a sustentabilidade passa pelo reuso e pela ressignificação, sendo o bem incorporado pela comunidade. O Presidente agradeceu a todos e foi feita um intervalo para o horário de almoço. Ao retomar, no período da tarde, passou-se ao terceiro item da pauta: o **PROCESSO DE TOMBAMENTO DA IMAGEM DE SÃO BONIFÁCIO, EM SÃO LUÍS (MARANHÃO).** O Diretor do Depam fez a apresentação do bem (7246975) e passou a palavra à Conselheira relatora, Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (Ministério da Educação), que fez a leitura de seu parecer (7246977). Após a leitura do parecer, houve o debate. A Conselheira Vivian Fonseca parabenizou, agradeceu e fez coro à sugestão de incorporar relatos da violência que houve aos indígenas no processo de catequização. Foi debatida a questão da réplica, se a sociedade quer a replica ou a obra original, pois talvez a comunidade não se identifique com a réplica, sugerindo assim uma consulta. O Conselheiro Eduardo Pierrotti Rossetti apontou um erro de grafia que pode comprometer o entendimento, na página 4, na citação do item Valor Artístico, do parecer: que seria “panejamento” e não “planejamento”. A Conselheira Cristina Meneguello agradeceu o parecer e perguntou sobre o que acontece caso as recomendações não sejam implementadas, uma vez que, segundo a leitura, estas pareciam condicionar o tombamento da peça. O Diretor Andrey explicou que o tombamento não está necessariamente articulado com as recomendações, o bem fica tombado, e se busca implementar as recomendações sugeridas. Se as ações de conservação e preservação não ocorrerem, a fiscalização do Iphan e do Ibram identificam isso e podem atuar junto aos responsáveis pelo bem, para garantir sua preservação. A Conselheira Maria Laura Cavalcanti resumiu que o tombamento funciona como um pivô que vai desencadear na salvaguarda todos esses aspetos decisivos, falou da situação preocupante do Museu de Arte Sacra do Maranhão, e enfatizou que não está claro que a comunidade queira a réplica. Questionou qual seria a significação da réplica para aquela comunidade, que esse aspecto mereceria uma pesquisa mais aprofundada, em relação ao desejo da comunidade. O Conselheiro Karkaju Pataxó comentou sobre a invisibilidade indígena abordada no parecer, falou da importância de trazer a questão dos povos indígenas, bem como a identificação desses povos, com maior aprofundamento, afinal as missões e igrejas chegaram aos territórios e povos indígenas com efeitos devastadores. Sugere que os pareceres aprofundem esse aspecto um pouco mais e, como representante do Ministério dos Povos Indígenas, se colocou à disposição para parcerias. A Conselheira Raquel Schenkman parabenizou pelo parecer bastante didático e mencionou que seria interessante explicar sobre a restauração da peça, que foi modificada, trazer a justificativa para os procedimentos que foram feitos. A conselheira relatora disse que pode inserir essa questão da restauração, sugerindo um estudo sobre a motivação da mudança nas cores da borda no manto e nas botas da imagem do Santo. A Conselheira Beatriz Bueno solicitou um esclarecimento sobre as 400 peças do Museu de Arte Sacra que constam como tombadas e questionou o porquê de tombar a imagem de São Bonifácio separadamente. O Diretor Andrey explicou que desse acervo essa é a primeira peça. O tombamento que há é do altar-mor. Além disso, Ibram e Iphan são parceiros e atuam juntos neste sentido. A Conselheira Ana Carolina Gelmini complementou dizendo sobre o fluxo de fiscalização que o Ibram vem realizando nos museus federais e explicou que quando ocorre uma denúncia, o Ibram inicia em parceria com o Ipham a fiscalização dos museus municipais e estaduais. A conselheira Cristina Meneguello sugeriu ainda não afirmar que são os ossos do

santo, mas a relatora explicou que conforme consta no processo são de fato fragmentos dos ossos do santo. A Conselheira Maria Laura Cavalcanti sugeriu, assim, deixar explícito no parecer que é uma citação que consta no dossiê. O Conselheiro Rafael Morgado sugeriu buscar um certificado que revele a autenticidade da relíquia. O Presidente argumentou que isso não modifica o mérito, pois o mérito é da abordagem museológica e o tombamento. O Conselheiro André Luís Nascimento dos Santos falou do desconforto em estarmos tombando mais um bem que retrata a memória católica europeia, que já está tão super-representada no patrimônio cultural brasileiro. Seguiu-se à votação, que aprovou o tombamento por unanimidade. O Presidente **DECLAROU APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO DA IMAGEM DE SÃO BONIFÁCIO, EM SÃO LUÍS (MARANHÃO).** Houve um breve intervalo. Ao retornar do intervalo, o Diretor Andrey mencionou que o Iphan tem feito um esforço para reduzir o passivo de processos abertos, mas que pelo Decreto-Lei nº 25/1937, qualquer cidadão é legítimo para solicitar tombamento e enquanto vinte processos são fechados, outros cinquenta são abertos. É uma conta que está sempre aumentando. Passou-se então para o próximo item de pauta, o **PROCESSO DE TOMBAMENTO DA IGREJA SÃO LOURENÇO DO TEJUCUPAPO, EM GOIANA (PERNAMBUCO).** O Diretor Andrey apresentou o bem (7246981), mencionando que cada igreja era vista como processo de desenvolvimento urbano e que houve uma decisão em 1985, por solicitação do Conselho Consultivo, que toda vez que se tombar uma igreja, tombar junto todo o conjunto de bens móveis; tendo sido o mesmo entendimento adotado para as fortificações: incorporar seu acervo (de canhões, munições etc) no processo de tombamento. Por isso, este processo trata da igreja e de seu acervo. Por fim, falou da relação da comunidade do distrito e da igreja com a expulsão dos holandeses do sertão nordestino: os homens haviam ido para guerra e foram as mulheres que resistiram nessa batalha, portanto o bem constrói identidade envolvendo indígenas, portugueses colonizadores, holandeses invasores e o papel da mulher no período colonial. O Presidente Leandro Grass saudou a comunidade de Tejucupapo, que estava acompanhando a reunião pelo YouTube, o corpo técnico do Iphan que trabalhou neste processo e o corpo técnico da Prefeitura de Goiana – PE. A conselheira relatora Isabela Oliveira Pereira (Ministério das Cidades) leu o seu parecer (7246998). Após a leitura do parecer, abriu-se para o debate. A Conselheira Beatriz Bueno enfatizou que não se trata de uma igreja, mas sim de todo um conjunto urbanístico emoldurado pelo manguezal e relacionado a Goiana, cidade histórica ainda carente de tombamento pelo IPHAN. A poligonal de tombamento teria de abrigar Goiana até o mar, pois há uma relação intrínseca entre as duas partes. Ela espera que o tombamento potencialize a compreensão também de Goiana. As comunidades quilombolas não são estanques e há muitos indígenas também. É uma região com simbiose de elementos, onde essa comunidade quilombola representa muita coisa. Deveria ser feito tudo junto. Estamos fazendo em caixinhas. Talvez no futuro possamos pensar de forma mais integrada. A forma como a conselheira Isabela Oliveira Pereira conduziu foi ótima, pois vai muito além de uma igreja de perfil jesuítico. As leituras que um tombamento dessa natureza hoje permite são de uma outra ordem. A Conselheira Luciana Gonçalves de Carvalho concordou que não se trata de “mais do mesmo”, mas sim uma oportunidade rica, que foi relatada de maneira muito singela e trouxe pontos fundamentais, pensando dimensões integradas e diferentes elementos. Já sinalizou que a comunidade quilombola tem a igreja como referência. A partir de problemas muito complexos, da nossa história nacional, há oportunidades interessantíssimas de trabalhar a história desse lugar e ter diferentes leituras com a necessária observância desses princípios, com consulta continuada, consulta como princípio, para todas as ações relativas a esse tombamento, fazendo uma salvaguarda mais democrática e abrangente. O Conselheiro Júlio Cesar também parabenizou a

relatora, pelo relato preciso, abrangente. Sugeriu que o parecer evidencie essa regra que todo tombamento de igreja inclua automaticamente os bens moveis e integrados, para que quem não conhece esse detalhe compreenda o porquê de incluir os bens móveis e integrados neste tombamento. A Conselheira Vercilene Dias ressaltou os processos de violação que ocorreram na construção desses bens, o processo que foi violento para a população indígena, povos que sofreram com essas construções. A Conselheira Natália de Araújo falou da importância desse reconhecimento no processo de preencher lacunas no nosso sistema de preservação. Parabenizou a conselheira relatora e falou da necessidade de tratar patrimônios material e imaterial de maneira mais integrada e com todas essas camadas (indígena, quilombola). Olhar para o aspecto simbólico da materialidade permeada pela questão imaterial, que é indissociável. Falou de um grande painel feito pela pintora pernambucana Tereza Costa Rêgo sobre a Batalha de Tejucupapo: "Mulheres de Tejucupapo". Ressaltou a importância desse reconhecimento, de olhar para esses fatos invisibilizados. O Conselheiro Ciro Pirondi falou que a dimensão da mulher e a dimensão ambiental neste tombamento nos indicam alguns caminhos de contemporaneidade do patrimônio cultural. O Conselheiro Rafael Morgado questionou a proposta de denominação do bem, que às vezes aparece como Igreja de São Lourenco e bens moveis integrados; e às vezes como Igreja de São Lourenco de Tejucupapo. Sugere que o nome não apague a referência à Batalha de Tejucupapo. Sugere que a denominação oficial seja Igreja de São Lourenco de Tejucupapo. O Presidente Leandro Grass respondeu que no Livro do Tombo será esse o nome, pois no processo é esse o nome: Igreja São Lourenço de Tejucupapo. O debate prosseguiu com a importância da gestão social do patrimônio; interação entre patrimônio, religião e pessoas; resgate histórico e invisibilidades. A Conselheira Beatriz Bueno sugeriu ampliar a poligonalpara incluir uma área mais alargada do mangue. O Diretor Andrey explicou que quando o processo chega ao Conselho, já houve um conjunto de posicionamentos dos escritórios técnicos, das superintendências, de técnicos do Depam (área central do Iphan); inclusive com idas e vindas até haver concordância quanto à poligonal e ao bem. Duas coisas precisam ser consideradas muito claramente: todos os atributos e valores que justificam o tombamento devem estar dentro da poligonal de tombamento. A ideia de ir até onde a vista alcança é poligonal de tombamento, não é poligonal do entorno. Os valores estão dentro da poligonal. A segunda questão é que antes de chegar ao Conselho Consultivo, tem de ser publicado no Diário Oficial da União qual área está se considerando tombar. Cada vez que aqui se muda a poligonal, temos de voltar vários passos atras para fazer nova publicação da poligonal e abrir o direito dos proprietários de se manifestarem. A ação mais fácil é tombar. O difícil é fazer a gestão. É possível mudar a poligonal. Desde que voltemos o processo para a fase de instrução técnica para novos estudos. Após esses esclarecimentos e findo o debate, passou-se à votação. Todos foram favoráveis ao tombamento conforme proposto. A conselheira Cristina Meneguello fez sua declaração de voto com os nomes das quatro líderes da Batalha de Tejucupapo: Maria Quitéria, Maria Joaquina, Maria Camarão e Maria Clara. O Presidente então **DECLAROU APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O TOMBAMENTO DA IGREJA SÃO LOURENÇO DO TEJUCUPAPO, EM GOIANA, PERNAMBUCO.** Abriu-se a palavra ao Edwin Frade Vidal, arquiteto e urbanista na prefeitura de Goiana; e a José Fernando da Silva Filho, do Iphan-Pernambuco; que em muito contribuíram para esse processo de tombamento. Eles expressaram sua satisfação em ver o tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo. Em seguida, o Presidente Leandro Grass fez uma apresentação do balanço de gestão do Iphan. Mencionou os debates enriquecedores do Conselho Consultivo, e a importância da diversidade e da pluralidade que em muito enriquecem a gestão. Mencionou que o mais importante na sua gestão é conversar com as pessoas, fazer uma gestão que

coloca a dimensão humana na política, de maneira participativa e democrática. Mencionou as consultas públicas que envolvem todas as áreas do Iphan. Falou da valorização dos servidores, do encaminhamento do Projeto de Lei que aumenta a remuneração dos servidores do Iphan em 40%, uma valorização financeira importante. Mencionou a recuperação da área de educação patrimonial, com recuperação de investimentos e iniciativas, com campanhas nas redes sociais e nos meios de comunicação. Mencionou os materiais que o Iphan tem distribuído nas escolas, o *podcast* que foi elaborado em conjunto com a Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, da forte presença do Iphan nas plataformas como *instagram* e *facebook*. Na arqueologia, falou da futura Estação 14 Bis-Saracura, parte da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo, que está em obras na região do Bixiga/Bela Vista, na zona central de SP, com previsão de inauguração após 2027. A obra é notável pelo sítio arqueológico do Quilombo Saracura encontrado no local, o que gerou a mudança de nome e planos de um memorial, e será a primeira estação de metrô musealizada do Brasil. Falou ainda da restauração da Praça dos Três Poderes em Brasília -DF e do Programa Conviver e seus Canteiros Modelo de Conservação. Agradeceu a participação de todos e os convidou para o lançamento do primeiro volume da Coleção Restauro: "Palácio Gustavo Capanema: o Patrimônio Cultural no Novo PAC", no próprio Palácio Gustavo Capanema. A obra apresenta, de forma inédita, os detalhes do processo de restauração conduzido pelo Iphan neste que é um dos mais significativos marcos da arquitetura moderna mundial. **Foi encerrado assim o primeiro dia de reunião. No dia 11 de março, quarta-feira, às 9h, foram reabertos os trabalhos**, dando continuidade à 112ª Reunião do Conselho Consultivo. Foram definidas as composições das Câmaras Setoriais da seguinte maneira: **Câmara Setorial do Patrimônio Material**: IAB; ICOMOS; Natália Miranda Vieria de Araújo (sociedade civil); Maria Angélica da Silva (sociedade civil); Beatriz Bueno (sociedade civil); e Eduardo Pierrotti Rossetti (sociedade civil). Suplentes: Antônio Cesar Caldas Pinheiro (sociedade civil); Isabela Oliveira (MCid); Rafael Morgado (MTur); Cristina Meneguello (ANPUH). **Câmara Setorial de Patrimônio Imaterial**: ABA; Kleber Antônio de Oliveira Amâncio (ANPUH); Vercilene Francisco Dias (sociedade civil); André Luís Nascimento dos Santos (sociedade civil); Rosildo do Rosario (sociedade civil); Josué da Costa Silva (sociedade civil); e Maria Laura Cavalcanti (sociedade civil). Suplentes: Fabio Velame (sociedade civil); Maria Angelica da Silva (sociedade civil); Karkaju Pataxó (MPI) e Vivian Fonseca (sociedade civil). **Câmara Setorial de Arqueologia**: SAB; ABA; MPI; Fundação Palmares; MIR e MTur. Informou que todos serão avisados quando a portaria de nomeação for publicada no Diário Oficial da União – DOU. Dando continuidade à reunião, passou-se ao processo que trata do **Registro do Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos de Lençóis (Bahia)**. O Diretor Deyvesson Gusmão apresentou o bem com a exibição de um vídeo (https://www.youtube.com/watch?v=E92RHVARXTI). Esse processo teve início com relatoria pela então conselheira Márcia Sant'Anna, mas necessitou de ajustes técnicos e o mandato da conselheira Márcia Sant'Anna foi concluído. Não obstante, ela colaborou na elaboração do presente parecer, da Conselheira Relatora Desirée Ramos Tozi (conselheira suplente pelo Ministério da Cultural). Passou-se a palavra à conselheira relatora Desirée Ramos Tozi, que fez a leitura de seu parecer (7246998). O Presidente Leandro Grass agradeceu ao Superintendente do Iphan na Bahia, Hermano Guanais; à Presidente da Funarte, Maria Marighella; à Promotoria do Ministério Público do Estado da Bahia; à Prefeita de Lençóis, Vanessa Senna, pela parceria, as boas ações de gestão que vem implementando apesar dos enormes desafios de administrar cidade histórica, a quem o presidente agradeceu a perseverança, resistência e amor que coloca no que faz, o Brasil agradece. Durante o debate, todos parabenizaram pelo parecer sensível, que informa de todas as camadas do patrimônio, da alegria de compor o Conselho, recomendaram a publicação do parecer, para que a comunidade de

Lençóis - BA e todas as pessoas saibam do trabalho feito e tenham melhor compreensão de todo o patrimônio do estado da Bahia (capoeira, acarajé, terreiro de ogum etc) A Festa de Bom Jesus dos Passos existe pela manifestação de pessoas que sustentam a cultura brasileira. Pessoas negras que vêm sustentando essa memória para garantir a existência cultural desse país. A festa deixa de ser meramente da igreja católica mas é da população negra que sustenta esse país. Reforçaram a recomendação de incluir os demais representantes das manifestações no Comitê Gestor, para equilibrar a relação com a igreja. Reconheceram que a mediação dos órgãos foi fundamental, os agentes mediadores foram importantíssimos para promover o compromisso, nessa festa multirreligiosa. A festa emerge como solução de compromisso entre esses diferentes setores. O parecer fala de forma muito interessante sobre as diferentes forças que compõem essa festa. O equilíbrio dessas forças. O Cristo dos Lençóis parece acentuar a dimensão humana do cristo, antes da ressurreição, que está sofrendo com os passos. A Conselheira Luciana Gonçalves de Carvalho mencionou entender que a região de Lençóis não vive mais da mineração, mas, considerando que o garimpo é uma mazela e um problema extremamente complexo no Pará, pediu muita cautela ao Iphan nas ações de salvaguarda relativas ao citado Memorial do Garimpeiro, tendo em vista possíveis desdobramentos no cenário nacional. O Conselheiro Júlio César saudou a comitiva da Bahia em peso na reunião, o que demonstra a participação ativa de vários indivíduos e entidades. O maior desafio é a permanência dessa celebração. O Comitê Gestor assume uma importância fundamental para perpetuar essa celebração. O Conselheiro Vagner Gonçalves da Silva reforçou as observações que essa festa teve uma disputa em relação a quem é seu legitimo proprietário. Essa festa é produto de vários agentes, de vários produtores. Falou da escolha do senhor dos passos, essa imagem que se antagoniza com a imagem do Cristo estático, sendo um cristo em movimento. Essa região teve elementos Bantos e elementos indígenas. Precisa falar que o caminho é uma ideia Banto. A Cruz era a encruzilhada, a escolha do melhor caminho para achar a caça. No documentário que foi exibido as pessoas inclusive falam isso. A cruz é elemento comum. A escolha de um sujeito divino que carrega uma cruz pode ser tanto lida na chave católica (o senhor dos passos) ou na chave banto (de decidir quais são os melhores caminhos). Indígena tem o ritual Quarup, nos ombros, representando seus ancestrais. Conjunto de camadas que envolve uma porção de visões. Fez menção também ao termo “sincretismo”, que é uma ideia que não ocorre na cultura afro-indígena brasileira. Ele mencionou: “Nunca vi ninguém ser iniciado em São Jorge. Sempre se inicia para Ogum”. O termo de religião sincrética se usa nas religiões “dominadas”, ou ditas populares (outro termo complexo). Ele pontuou que o parecer usa a expressão “sincretismo” quatro vezes. Encerrado o debate, passou-se para votação. Todos foram favoráveis à aprovação do Registro. O Presidente então **DECLAROU APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O REGISTRO DA FESTA DE NOSSO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS, DE LENÇOIS, BAHIA.** Em seguida, convidou a prefeita de Lençóis, Vanessa Senna, para fazer uso da palavra. A Prefeita estava muito emocionada, mencionou que foi uma luta de muitos anos, agradeceu ao Superintendente Hermano Guanais, ao Alan e a muitas outras pessoas. Esclareceu que o garimpeiro está inserido na formação de todas as cidades da Chapada Diamantina. A família dela foi garimpeira. A festa do Nosso Senhor dos Passos representa o povo de Lençóis, apesar de ser uma cidade turística, eleita o melhor destino já duas vezes, mas a festa é do povo. Ela disse concordar quando falaram do garimpeiro do Pará, mas que esse não é o garimpeiro da Chapada Diamantina, que é artesanal, é da formação da região, da cultura negra, do Jarê. Comemorou que a Festa de Nosso Senhor dos Passos é patrimônio do Brasil. A festa dos garimpeiros não é só de Lençóis, é da Chapada Diamantina, é da Bahia, é do Brasil. Agradeceu a todos. O Presidente da Sociedade União dos Mineiros (SUM),

Felipe Santos (Felipe Sá Dourado) falou sobre a trajetória da família dele, de garimpeiros. Todos sentiam na pele o que era o garimpo. Com o tempo, tiveram de mudar e construir uma nova história. Ele hoje é funcionário público municipal e trabalha na SUM. Falou da garimpagem em Lençóis, que era feita em garimpo de serra, garimpo artesanal. Mencionou que em 1980 entrou esse garimpo de draga e não durou muito, ainda bem, porque destruía a natureza mesmo. Eles tinham outra forma de garimpar. Com o apoio da prefeita Vanessa Lessa, a SUM busca preparar a juventude para um mundo melhor. Encerrou cantando uma louvação da Marujada. O Superintendente do Iphan na Bahia, Hermano Guanais, agradeceu mais uma vez, mencionou que o processo é o resultado de onze anos de muita luta, que se iniciou entre a Igreja (que queria purificar as celebrações) e que contou com a estratégia da SUM de acionar o Ministério Público e entender a importância que essa festa tem como patrimônio. O patrimônio arquitetônico de Lençóis já era reconhecido. Precisava reconhecer a festa. Agradeceu à ex-conselheira Márcia Sant'Anna, à Conselheira Desirée Ramos Tozi, relembrou que houve dois pedidos de reconhecimento de Festa do Senhor dos Passos: em Santa Catarina – SC e em Lençóis. Que embora fossem em devoção ao mesmo santo, são celebrações muito distintas. Em SC, é algo litúrgico muito forte. Enquanto em Lençóis acontece em contexto cultural do seu povo. Agradeceu à equipe do Escritório Técnico do Iphan em Lençóis; ao Ministério Público do Estado da Bahia, especialmente ao Augusto César Carvalho de Matos, coordenador das promotorias ambientas. Falou do garimpo, que nem é objeto de ações do Ministério Público, e que a festa é o resultado do que a cultura garimpeira deixou. Está se celebrando o sistema alimentar forjado pelo garimpo, saberes tradicionais ligados à arquitetura da Chapada Diamantina, são expressões da religiosidade popular. É isso que se celebra. Tudo em torno da figura do garimpeiro, que não deve e não vai ser esquecido. A presença do Ministério Público neste processo é um testemunho disso. Augusto César Carvalho de Matos agradeceu ao Presidente Leandro Grass, aos conselheiros e conselheiras, disse estar muito emocionado, como promotor, como servidor público, como cidadão de lençóis, expressou sua gratidão. Iphan foi fio condutor indispensável, desde o início, dessa aparente pacificação formal, um amálgama cultural. Agradeceu esse super relevante trabalho do Conselho, trabalho que prestam ao Brasil, ao Patrimônio, ao que nos define como humanidade. A festa consegue traduzir de forma simples e singela o que há de mais expressivo na cultura brasileira. Essa realidade presente de forma tão difusa e termina de forma brilhante com esse parecer e essa votação. O ser brasileiro, o ser baiano, o ser local, o ser singular. Agradeceu em nome do MP e em nome da comunidade de Lençóis por esse momento histórico. Dando continuidade, o Presidente Leandro Grass saudou as pessoas que estavam acompanhando a reunião em Campenhe, em Santa Catarina, passando assim para o próximo item da pauta: o **PROCESSO QUE TRATA DO REGISTRO DOS SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS ASSOCIADOS AOS ENGENHOS DE FARINHA DE MANDIOCA (SANTA CATARINA)**. O bem foi apresentado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI com exibição de um vídeo (https://www.youtube.com/watch?v=dyStSyyI7X8). Passou-se a palavra à Conselheira Relatora Luciana Gonçalves de Carvalho (ABA), que leu o seu parecer (7247012). Após a leitura, as(os) conselheiras(os) Josué da Costa Silva, Beatriz Bueno, Rafael Morgado, Cristina Meneguello, Maria Laura Cavalcanti, Braulina Baniwa, Maria Angélica discorreram sobre a importância deste bem de natureza imaterial com consequências materiais; todas as questões que estão relacionadas à paisagem cultural e o desafio do aspecto cultural da mandioca; da origem na farinha dos indígenas, que sem o saber dos indígenas jamais teríamos tido os aspectos relacionados por exemplo ao Solar Artur Sampaio. Tombamentos e registros geram visibilidade, despertam a curiosidade das pessoas, geram fluxos turísticos, que geram impactos; que o turismo cultural traga impactos socioeconômicos positivos.

Discorreram ainda sobre a importância dessa produção tradicional. A Conselheira Cristina Meneguello mencionou que o Iphan tombou engenhos de cana nas décadas de 1930 e 1940 e que tomba agora outros tipos de engenho, como parte da paisagem histórica da produção. Na crescente desvalorização das relações de trabalho, o engenho remete à cultura do trabalho e do saber fazer e ressalta a relação entre cultura e trabalho e a cultura do trabalho. O Conselho saudou todo o pessoal de Santa Catarina que estava acompanhando a reunião, presencialmente e pela internet. Falaram dos saberes tradicionais como ciência da cultura local, como tecnologia social. Discorreram sobre a palavra "engenho", muito ligada à pessoa engenhosa, que consegue fazer algo diferenciado. A palavra "engenho" não era usada para produção da farinha. Era "casa de farinha". Chamar de engenho já mostra o papel dessa produção. Os produtores de farinha precisam ser muito valorizados. O Diretor do DPI, Deyvesson Gusmão, falou que houve vários pedidos de reconhecimento, que o Iphan busca ampliar a identificação desses bens, seus espaços de abrangência. Findo o debate, houve a votação, e o registro foi aprovado por todos. O Presidente então **DECLAROU APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O REGISTRO DOS SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS ASSOCIADOS AOS ENGENHOS DE FARINHA DE MANDIOCA, EM SANTA CATARINA.** A palavra foi franqueada aos representantes dos engenhos de Farinha que acompanhavam a reunião, inclusive o Senhor João Paulo da Silva, dono do engenho, e houve muitos depoimentos emocionados e agradecimentos. Fez se uma pausa para almoço. Dando continuidade à reunião, passou-se ao **Processo que trata do REGISTRO DA PESCA COM BOTOS NO SUL DO BRASIL.** O Presidente abriu falando os nomes dos pescadores que estavam acompanhando a reunião, saudando Elisa Ilha, pesquisadora da Ecologia UFRGS litoral; Cinthia Cristina Batista, pesquisadora UFRGS litoral; o Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, Francisco Algarves; o Prefeito de Laguna, Preto Crippa. O Presidente saudou todos que estavam acompanhando a reunião desde o Teatro Mussi, em Laguna, que estava completamente lotado assistindo a reunião; saudou todos os pescadores, de Tramandaí e de todos os demais municípios onde ocorre a pesca com botos, inclusive Maurino Ramos Francisco, pescador de Imbé/RS; Rinaldo Florentino, Pescador artesanal que pesca com botos em Laguna-SC; Beatriz Búrigo, integrante da equipe de pesquisa para o Dossiê de Registro, Pesquisadora em nível de pós-doc no CANOA-UFSC; Caetano Sordi, Coordenador geral do Dossiê de Registro e professor Departamento de Antropolgia UFSC. Foi feita a exibição do vídeo que instrui o processo (https://www.youtube.com/watch?v=OIWCDEUUxBE). Passou a palavra ao Conselheiro Relator Bernardo Issa (MMA), para leitura de seu parecer (7247018). Finda a leitura do parecer, houve palmas e o Conselheiro Bernardo Issa deu a notícia que o Presidente Lula assinou a criação do Parque Nacional do Albardão. O Parque Nacional do Albardão, criado em março de 2026, é o maior Parque Nacional Marinho, com mais de 1 milhão de hectares no litoral de Santa Vitória do Palmar, RS. Situado no extremo sul, protege ecossistemas costeiros, cetáceos e tartarugas, sendo gerido pelo ICMBio para conservação e turismo sustentável. Vai proteger não só os botos, mas também os estoques das tainhas e todos os outros peixes. Encerra com chave de ouro esse momento. O Presidente Leandro Grass falou do governo passado, quando muitas políticas de meio ambiente e de patrimônio foram prejudicadas. Essa interação setorial entre patrimônio e meio ambiente é muito importante. A participação dos governos estaduais e municipais é muito importante. Essa notícia do Parque Albardão é ótima, é maravilhosa. Uma grande inovação essa parceria que estamos construindo aqui. O Conselheiro Josué da Costa Silva se disse feliz em saber que se está discutindo uma relação entre os pescadores e os botos e conforme esse brilhante relato do Conselheiro relator mostra que estamos tratando de saberes e de conhecimentos. A relação pescador e

boto é parte de um modo de vida, de uma forma de relacionar-se com a natureza. Não é medida pelo mercado, mas pela vida, pelo cotidiano, pela observação e pela interação. Estamos tendo um caminhar adequado para tratar de saberes e conhecimentos tradicionais, que precisam ser dialogados com a sociedade como um todo. São saberes que têm em si a resposta para o grande dilema que nosso modo de vida provocou no ambiente: a profunda e irreversível mudança climática. Esses modos de relacionar-se com a natureza tem essa capacidade de frear todas essas crises que vivenciamos. Precisam ser amparados. O boto tem profunda história também na cultura amazônica, na cultura cabocla. Os conhecimentos estruturados da nossa sociedade precisam da ciência cidadã. No caso desse registro, um protege o outro, pescadores e botos se protegem mutuamente. Comprova que há relação com a natureza de convívio entre humanos e a natureza. O Conselheiro Júlio César (ICOMOS) disse ser essa uma manifestação das mais impressionantes que ele já viu, totalmente única. Destacou a iniciativa da comunidade em trazer essa questão para o Iphan, a primorosa elaboração do dossiê, e o parecer brilhante do relator. Um conjunto de referências extremamente relevantes. Em função do próprio relato do parecer, pensa se tratar de um patrimônio cultural imaterial da humanidade. Sugere que seja encaminhando para patrimônio da humanidade. Propôs que o Iphan avalie a possibilidade de propor uma candidatura conjunta -- Brasil, Uruguai e Argentina -- dessa prática, desse saber, para a UNESCO. Em plena era de inteligência artificial, temos esse relato belíssimo de interação entre humanos e botos. O Presidente Leandro Grass acho a proposta excelente e afirmou que o Iphan irá verificar junto aos demais países do Mercosul. A Conselheira Damiane Daniel dos Santos (MEC) destacou o papel fundamental das universidades federais na construção desses dossiers que compõem os processos de tombamento e de reconhecimento. Mencionou que na semana anterior, durante o primeiro fórum do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, a coordenação de extensão da Secretaria de Educação Superior do MEC teve participação em algumas mesas e fizeram oficinas construindo a Política Nacional de Educação Superior. Um dos pontos importantes foi a questão do patrimônio cultural. O patrimônio imaterial ainda é menos conhecido e menos visibilizado e busca-se formas de dar mais divulgação. As universidades federais vão se empenhar em divulgar mais esse patrimônio imaterial. Convidou todas e todos a participarem na construção da Política Nacional de Educação Superior, que entrará em Consulta Pública até abril. A Conselheira Relatora Desirée Ramos Tozi mencionou que o patrimônio acompanha a sociedade, o Iphan existe há quase 90 anos e vemos como os critérios e conceitos de patrimônio vão se adaptando com a evolução da sociedade. Quando esse pedido chegou, era difícil pensar como fazer, entendiam os botos como os detentores. Os botos são parceiros de trabalho. Interação dos homens com animais está presente também no circo. Coloca-se a questão da domesticação, mas muitos circenses viam como parceiros de trabalho. É comum que essa interação ocorra. Que bom que estamos reconhecendo essa interação tão digna, neste processo. Considerando que o Detentor Rinaldo Florentino, de Santa Catarina, teria que se retirar, passou-se a palavra a ele antes mesmo da votação. Ele afirmou que são 16 ou 18 botos que interagem hoje com os pescadores. Daqui a seis anos, se nada for feito, não vão mais existir. Quando morre um boto, os pescadores profissionais choram como se tivessem perdido um membro da família. Ele, no seu bote, às três/quatro horas da manhã, está acompanhado dos botos. Ele conhece um por um, todos eles têm nome. Falou o nome de cada um. Mas relatou que os botos estão morrendo, em virtude do assoreamento e da poluição no complexo lagunar. Determinados trechos já estão muito prejudicados. Os *jet skis* danificam os sensores do boto. Botos morrem devido aos *jet skis*. Há que se proibir *jet ski* naquela região. Essas motos náuticas matam, mutilam e atropelam. A lei é cinco nós antes da arrebentação na praia. Mas eles vêm de outras regiões e fazem as manobras em cima dos botos. Prejudicam os botos e prejudicam a entrada dos

cardumes. Os *jet skis* estão exterminando a vida dos botos. Os botos têm lobo mitose, adoecem, devido à poluição. É preciso recuperar o *habitat* do boto. Onde antes havia onze metros, há agora um metro de água. O boto tem de sair do canal e ir até a lagoa. O boto traz o alimento para os pescadores e pega a parte dele. São muito inteligentes. Já tivemos botos de cinco metros e meio. Falou os nomes deles. Vários foram assassinados por *jet skis*. Boto é patrimônio cultural. Precisa proteger. Agradeceu à Universidade, ao prefeito, ao Iphan, ao Conselho. Retomando o debate, Cristina Meneguello sugeriu a divulgação dos vídeos fantásticos que instruem os processos de registro e sugeriu que os vídeos sejam legendados, para acessibilidade, para alcance nacional e internacional, que estejam também em libras e para que se utilize esses vídeos para formação de professores, educação patrimonial e a sociedade em geral, para ciência e divulgação científica. O Presidente Leandro Grass afirmou que o Iphan buscará parcerias para implementar essas sugestões. A Conselheira Vívian Fonseca se mostrou muito emocionada com o depoimento do pescador, concordou com todas as questões, ficou muito contente com a notícia da criação do parque, as várias sugestões de salvaguarda indicam essa necessidade, o parque ajuda nessa salvaguarda. Mencionou que não cabe apenas ao Iphan, à prefeitura, a um ministério específico; mas que é preciso mais apoio, mais parcerias e principalmente que todos os entes federativos estejam engajados nos processos de salvaguarda, o que considerou um dos principais desafios para a efetivação das políticas de preservação dos patrimônios culturais. A Conselheira Beatriz Bueno falou da dimensão ambiental muito forte nesse parecer, falou que a escolha do relator foi muito feliz pelo aspecto muito interessante de que não se trata de meio ambiente como um cenário, mas como meio de vida. Falou da necessidade de preservação. Se trata de mais um fenômeno de intercurso cultural. Mencionou que no estado de São Paulo, no litoral, a pesca da tainha era característica dos indígenas, tupis e tupinambás. No verão plantavam milho ou mandioca e no inverno pescavam. Isso desapareceu, pelas condições ambientais que acabaram com os estuários. É preciso preservar essas tradições indígenas, de saberes ancestrais sustentáveis. A conselheira Ana Carolina (Ibram) fez o testemunho que as fotos e os vídeos apesar de belíssimos não mostram a beleza magnífica que é esse bem cultural ao vivo e fez a sugestão de Museus de Ciências Naturais fazerem parte das ações de salvaguarda pelo poder potencializador e de sensibilização que esses museus têm. Findo o debate, foi feita a votação, todos aprovaram o registro. O Presidente **DECLAROU APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O REGISTRO DA PESCA COM BOTOS DO SUL DO BRASIL.** Franqueou a palavra ao Prefeito de Laguna, que falou do mal que os *jet skis* turbinados a duzentos por hora, à óleo, fazem à região. Reforçou que boa parte dos botos padecem por causa dos *jet skis*. Não é um problema só de Laguna, é um problema do complexo todo, de todas as regiões ribeirinhas. Um problema que não é de Laguna, mas é em Laguna. A obra que foi feita com erro, há vinte anos, está passando agora por ajustes, assoreamento do complexo. Vai favorecer os botos. Vai sair em no máximo cinco meses. Necessitam de 200 milhões de reais, precisam de ajuda para buscar esse recurso. Malvino Ramos Francisco, pescador, cujos pai e mãe também eram pescadores, falou do projeto Botos da Barra, contou que a Transpetro está sempre apoiando, que na Barra há dez anos é proibido *jet skis*. Relatou que sem o auxílio dos botos, é preciso cerca de quarenta tarrafadas para pegar um peixe. Com o boto, com três já se pega mais de quarenta peixes. Os botos fazem parte da família. Falou os nomes de cada boto. Reforçou a necessidade de preservar os botos em Laguna e proibir os *jet skis*. Agradeceu a todos. O Presidente Leandro Grass agradeceu as intervenções e agradeceu também a participação de Caetano, coordenador da pesquisa. Contou que na política de salvaguarda do patrimônio imaterial, em 2023, houve a decisão política de confiar na universidade pública brasileira e na sociedade

civil organizada. Esse dossiê é a prova que foi uma decisão acertada. O pesquisador Caetano agradeceu todos que participaram da instrução técnica desse registro, que começa com inventário das entidades proponentes do registro, associação da pesca de Laguna, de Timbé, o projeto Botos da Barra da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS, a professora Cintia e todos os colegas. Agradeceu ao Conselho. Os dois processos Engenhos de farinha e pesca com botos aconteceram conjuntamente e é uma alegria muito grande na UFRS. Agradeceu ao CNPq e a confiança do Iphan na UFRS. A Superintendente do Iphan em Santa Catarina, Regina Helena Meirelles Santiago, fez uso da palavra agradecendo todo o corpo técnico da Superintendência, todas as pessoas que estavam assistindo a reunião, especialmente às pessoas da comunidade, os pescadores e pescadoras. Mencionou que a pesquisa foi realizada com recursos de emenda do parlamentar Espiridião Amin. O Superintendente do Iphan no Rio Grande do Sul, Rafael Pavan dos Passos, também agradeceu, falou dos riscos do cotidiano, das questões de infraestrutura, que é preciso que prefeitura, estado e União tomem decisões difíceis para proteger os botos. É preciso tomar essas decisões. O Presidente Leandro Grass agradeceu os superintendentes Rafael e Regina. Passou-se então ao último item da pauta, o **PROCESSO QUE TRATA DO REGISTRO DO CIRCO DE TRADIÇÃO FAMILIAR** . Foi registrada a presença de Consuelo Badra, circense; Valter Brandão, circense; Eneida Zanquetini, circense e proponente do presente processo de registro; Vilma, circense e pesquisadora; Sula, circense e pesquisadora; Verônica, do Centro de Memória do Espírito Santo; Sara Prado, Diretora Geral da Funsegue; Laise Ferreria, coordenadora de artes circenses; Marcos Frota, artista circense e ator; Patrick Nogueira, da escola do circo; Leon Schlosser, circense mais antigo do Brasil, com 92 anos de idade; Maria Mariguella presidente da Funarte; Maria Delisier, Professora da Escola de Circo; Patrick Nogueira, da Escola Nacional do Circo; Luiz Olimecha, também da Escola Nacional do Circo; Marcos Teixeira, Diretor do Centro de Circo da Funarte; Consuelo Valandro, coordenadora da pesquisa de instrução do registro; Edilamar Zanchetin, circense e também proponente do registro do circo; Ângela Cericola, quarta geração de uma família de circo e Presidente do Colegiado Estadual de Circo; Limachen Cheren, Diretor do sindicato dos circos do RJ. Foi exibido um vídeo que apresenta o bem objeto do registro (https://www.youtube.com/watch?v=62FqdBBt2Co). Passou-se a palavra à Conselheira Relatora Desirée Ramos Tozi (MinC), que leu seu parecer (7247033). O Presidente Leandro Grass abriu o debate afirmando que o caso do circo é muito particular, pois estamos falando de famílias, que levam alegria ao povo brasileiro. No momento que todos falam de família, às vezes de maneira contraditória, é preciso lembrar das famílias do circo, dessas mães e desses pais que precisam levar a renda para casa, fazem muitas vezes trabalho voluntario, mas é um trabalho que precisa ser respeitado e valorizado. A Conselheira Vercilene Dias parabenizou a relatora pelo relato extenso mas muito significativo. Disse que conheceu essa tradição do circo já adulta e desde então tenta contribuir e buscar entender como que o circo não fez parte da infância de quilombolas e indígenas e o quanto a cultura circense faz parte do Brasil. O Conselheiro André Luís Nascimento dos Santos também parabenizou a relatora pelo parecer tão respeitoso, tão amoroso, a dignidade na construção desse parecer, que pensa na salvaguarda a partir das pessoas. Como o patrimônio cultural, o registro é um mecanismo de retroalimentar o acesso à cidadania e o acesso a políticas públicas. É mais que um registro de um bem cultural. É respeito, cidadania, acesso a políticas públicas. Agradeceu ao Iphan e a todos por esses dois dias tão intensos e de tanta brasilidade. O Conselheiro Júlio César agradeceu imensamente essa possibilidade e esse parecer e as partes envolvidas na elaboração deste dossiê, que revela uma estrutura tão complexa, tão grandiosa, e ao mesmo tempo as mazelas que essa arte tão linda, resistente e resiliente enfrenta e consegue sobreviver e está aqui neste debate. Realçou a importância do Iphan sobretudo na questão da educação

patrimonial, na divulgação desta arte para sociedade brasileira, que está muito distanciada dos processos aqui relatados. Parabenizou a Funarte do ponto de vista da escola nacional do circo, que de certa forma ajudou a preservar essa manifestação cultural tão rica. Parabenizou a relatora pelo brilhante parecer e agradeceu ao povo do circo por insistir e existir e trazer essa alegria. O Conselheiro Eduardo Pierrotti Rossetti afirmou que a reunião foi extraordinária, pelos pareceres que ouvimos, pela complexidade, se mostrou bastante feliz em fazer parte deste momento histórico deste Instituto. A Conselheira Damiane Daniel dos Santos também parabenizou Desirée Ramos Tozi pelo parecer, muito demonstrativo, disse acreditar que consegue construir o futuro do nosso circo a partir de parcerias, conversas, talvez criar um comitê com vários ministérios (educação, saúde) para pensarmos em ações conjuntas na salvaguarda desse bem. A nossa legislação no momento não prevê especificamente a questão de transferências de alunos estudantes em casos específicos. A Lei de Diretrizes e Bases - LDB só fala da disponibilidade de vagas e abertura de uma seleção específica e de transferências *ex oficio*. Isso é uma pauta que pode ser trabalhada daqui para frente. Falou do ponto fundamental e importante que é a questão da acessibilidade cultural. Mencionou que as universidades federais do RJ, do RN e do RS desenvolveram especialização em acessibilidade cultural, formando três turmas de especialistas. Concluiu dizendo que possuímos gestores culturais especialistas em acessibilidade cultural em todos os estados brasileiros e que podem contribuir com essa temática nos bens registrados. Mencionou o trabalho de conclusão de curso – TCC de Andressa Cabral da Costa da Silva, do Maranhão, sobre Circo Acessível: proposta de acessibilidade cultural para o circo de lona no Brasil. A Conselheira Luciana Gonçalves de Carvalho mencionou que, em dezembro de 2025, foi inscrito na lista representativa do patrimônio cultural da humanidade o circo de tradição familiar do Chile. O Chile fez uma chamada por uma união de todos os países para se juntar nesse esforço de complementação. A Conselheira Fernanda do Nascimento Thomaz falou da necessidade de garantir direitos, de acesso à cidadania, de ter as pessoas como prioridade. Sobre educação patrimonial e acessos, o Presidente Leandro Grass mostrou a plataforma Bem Brasileiro (https://bcr.iphan.gov.br/), para todos usarem, divulgarem, difundirem. Findo o debate, houve a votação e todos votaram pela aprovação do parecer da relatora. O Presidente Leandro Grass **DECLAROU APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, POR UNANIMIDADE, O REGISTRO DO CIRCO DE TRADIÇÃO FAMILIAR.** A palavra foi franqueada aos presentes. As irmãs Zanchetin, que deram entrada ao pedido de registro, muito emocionadas, falaram que há muitos anos esperavam por isso, que é muito importante para o circo. É a arte delas, a vida delas desde os 4 anos de idade, dentro do picadeiro. Quando não estão dentro do picadeiro, estão fazendo serviços para o circo. Agradeceram a todos, em especial à Marina Lacerda, servidora do Iphan. Agradeceram a todos, inclusive à Funarte que apoiou muito o projeto. Disse ser este o "oscar" para o circo brasileiro. Dedicou o registro à mãe delas, quem lutou bravamente para que isso acontecesse. Agora o Brasil tem o circo como bem imaterial da nação. O Brasil está abraçando o circo brasileiro. Viva o Circo! Consuelo Valandro, coordenadora da pesquisa de instrução do registro, também agradeceu bastante, às várias importantes pessoas que fizeram esse processo se concretizar. Quando nem se pensava no termo “democratização” do acesso, o circo já estava levando arte e cultura para quem não tem acesso a nada, levando para todos os cantos do nosso país. O Circo sempre presente. O Circo é patrimônio da humanidade, espero que a Unesco entenda isso. Marcos Frota falou que todo o processo é de uma qualidade superior, abrange todos os aspectos dessa tradição milenar, o circo foi abraçado, foi reconhecido. O Senhor Leon Schlosser, circense mais antigo do Brasil, com 92 anos de idade, falou que o circo não tem tempo, não tem idade, fala da idade transparente dos olhos, abre os olhos do país onde há

infâncias adormecidas. O circo rasga o espaço e abre os céus. Tem a força de um gigante e o coração de cigano. Levando de cidade em cidade a alegria para as crianças e seus familiares. Viva o circo! Maria Mariguella, presidente a Funarte, falou de Ermínia Silva, que fez sua passagem dia 13 de março de 2024, que cada vez que o circo se reúne para celebrar, estamos celebrando uma de nós, um ancestral. O Iphan toma a brilhante decisão de inaugurar os trabalhos dessa nova gestão do Conselho neste mês de março, que é o símbolo do patrimônio cultural brasileiro. Toma a decisão de celebrar o circo neste ato inaugural dessa gestão do Conselho. De público e com toda admiração e com todo entusiasmo, abraço o Presidente Leandro Grass, pelo trabalho realizado nessa gestão. Estendo esse abraço a todos do Iphan, gentes que fazem do patrimônio vida. O patrimônio se relaciona com a vida. Saudou o parecer belíssimo, completíssimo, iluminado, dessa que é uma mulher servidora do patrimônio brasileiro, de maneira engajada, artística, pediu uma salva de palmas para conselheira relatora Desirée Ramos Tozi. As irmãs Zanchetin são as autoras dessa propositura, honram essa tradição e de toda tradição do circo familiar, do circo itinerante brasileiro. Esse processo se inaugura no primeiro governo do Lula e se conclui vinte anos depois também na gestão do Presidente Lula, nos marcos do compromisso com a cultural e da relação radical da cultura com a democracia, com os direitos. A cultura brasileira se articula radicalmente com a tradição popular. O circo itinerante é uma tecnologia, uma experiencia, uma estética, uma poética. O único equipamento cultural de tantos territórios do nosso Brasil. Saudar a todos em nome do Leon, circense. Funarte está completando 50 anos, dia 16 de marco celebramos 50 anos da Funarte, e nesse marco nos preparamos para entregar ao Brasil , pelo Lula e pela Margaret Menezes madrinha do circo, inclusive já fez algumas encomendas, quem sabe talvez um PAC dos circos. Vamos entregar a política nacional das artes. Um conteúdo inédito, singular, um marco institucional de proteção das artes brasileiras. Queremos construir o Sistema Setorial do Circo Brasileiro. Os achados encontrados nesse relatório podem animar o início desse sistema, com fonte de financiamento, com previsão orçamentaria. Estamos falando de muitos e muitos anos para frente inspirados por esse processo, pela radicalidade dessa obra. Quando chegamos aqui tomamos duas decisões: levantar a lona da Escola Nacional do Circo. É o símbolo da retomada institucional tendo o circo como horizonte, como poética. Mas depois desse símbolo, a Funarte tem diretoria do teatro, da dança, tem uma diretoria do circo, um centro nacional do circo. Conduzido por Marcos, que é símbolo da nossa história. Ana Flavia. Luciana Belchior, servidoras da Funarte que transformaram esse sonho em realidade. Embaixo desse céu, que é a lona da Escola Nacional de Circo, da diretoria do centro nacional do circo brasileiro, temos políticas públicas. O circo tem *locus* institucional, políticas, programas, gente, governo, as gentes do circo, essa constelação de estrelas. Que vai adiando o fim do mundo. Arte brasileira produzindo sonhos, utopias e um amanhã de uma vida mais justa e um futuro mais bonito para todas nós. O Presidente Leandro Grass agradeceu a todos. Comunicou que está encerrando o ciclo dele junto ao Conselho Consultivo nesta reunião. Foram realizadas dez reuniões presididas por ele (da 103ª até a 112ª). Leandro Grass contribuiu com a sociedade brasileira, neste lugar muito honroso. Disse ter tido um aprendizado imenso, agradeceu aos diretores do Iphan, em especial ao Andrey Schlee (Depam) e ao Deyvesson Gusmão (DPI), que trazem ao Conselho esses processos de tombamento (material) e registro (imaterial). Foram ao todo 13 bens registrados e 23 bens tombados, na gestão de Leandro Grass como Presidente do Iphan. Aos conselheiros que estão chegando, ele lembrou que em 2019 o então presidente fez o “revogaço” e extinguiu esse Conselho. Mas como este Conselho foi criado por lei, não pôde ser revogado por decreto presidencial. Em 2022, este Conselho foi reeditado, em nova formatação, foi ampliado, foi mais diverso, precisava ser mais Brasil, ter mais a cara do povo brasileiro. Não poderia presidir um conselho que não fosse diverso e

oriundo genuinamente conectado com os cinco cantos desse país, com nossa identidade ética e racial, com nossas verdadeiras memorias (indígena, africana, quilombola). Que tivesse pluralidade. Conseguimos construir um Conselho mais amplo e mais plural. Agradeceu a cada um e cada uma. Afirmou sair deste Conselho, desta presidência, uma pessoa melhor, mais consciente do nosso Brasil. Nenhuma instituição, nenhum órgão do estado pode deixar de cumprir seu papel de combater pobreza, combater discriminações, reduzir desigualdades. Leandro Grass sai com coração muito feliz e muito alegre pelo encontro com cada detentor. Carregando um pouco de cada um de vocês. Esta foi sua última reunião do Conselho Consultivo e há muita grandeza em tudo isso que se faz no Conselho Consultivo. Encerramos com o registro do circo das nossas infâncias, das nossas memórias, das nossas famílias, que tanto fez pelo Brasil. É o começo, não é o fim. É preciso dar continuidade a tudo isso. Aqui aprende-se sobre humanidade, sobre arquitetura viva, sobre o que é história e memória das pessoas. Arquitetura que também tem traumas, que precisam ser memória para que não se repitam. Para que o que deu errado não se repita e para o que deu certo seja preservado. Pobres os que não entendem o papel do Iphan e o papel do patrimônio e da memória para um país forte. O Iphan defende o patrimônio e um país onde todos possam ser reconhecidos e se sintam orgulhosos de sua cultura. Onde há pessoas, há patrimônio cultural. Que isso tudo permaneça vivo e de pé. Com parcerias e com políticas fortes. Viva a cultura brasileira, viva o patrimônio cultural. O presidente por fim agradeceu a participação de todos e os convidou para irem ao pilotis, ao pátio, para uma apresentação de Circo. Assim, a reunião foi dada por encerrada; ficando lavrada por mim, Leila Giandoni Ollaik, no exercício do encargo de Secretária-Executiva do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata, da qual dou fé e assino.

Leandro Grass (Presidente)

Leila Giandoni Ollaik (Secretária-Executiva do Conselho Consultivo)

Ana Carolina Gelmini de Faria (Instituto Brasileiro de Museus - Ibram).

André Luis Nascimento dos Santos (sociedade civil)

Antônio César Caldas Pinheiro (sociedade civil)

Beatriz Bueno (sociedade civil)

Bernardo Issa (Ministério do Meio Ambiente - MMA)

Braulina Baniwa (sociedade civil)

Ciro Pirondi (sociedade civil)

Cristina Meneguello (Associação Nacional de História - ANPUH)

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos (Ministério da Educação - MEC)

Desirée Ramos Tozi (Ministério da Cultura – MinC, suplente)

Eduardo Pierrotti Rossetti (sociedade civil)

Fábio Macedo Velame (sociedade civil)

Fernanda do Nascimento Thomaz (Fundação Cultural Palmares)

Isabela Oliveira Pereira (Ministério das Cidades - MCid)

Josué da Costa Silva (sociedade civil)

Júlio César Ribeiro Sampaio (Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOMOS)

Karkaju Pataxó (Ministério dos Povos Indígenas - MPI)

Luciana Gonçalves de Carvalho (Associação Brasileira de Antropologia – ABA)

Maria Angélica da Silva (sociedade civil)

Maria Laura Cavalcanti (sociedade civil)

Natalete Oliveira da Silva (Ministério da Cultura - MinC)

Natália Miranda Vieira de Araújo (sociedade civil)

Patrícia Marinho de Carvalho (Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB)

Rafael Costa Morgado (Ministério do Turismo - MTur)

Raquel Furtado Schenkman Contier (Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB)

Rosildo do Rosário (sociedade civil)

Samara Candeira Pinho de Souza (Ministério da Igualdade Racial - MIR)

Vagner Gonçalves da Silva (sociedade civil)

Vercilene Francisco Dias (sociedade civil)

Vivian Fonseca (sociedade civil)

Observação: a íntegra da reunião está disponível no YouTube.
Dia 10 de março manhã: https://www.youtube.com/watch?v=TembrbL8Ghw
Dia 10 de março tarde: https://www.youtube.com/watch?v=CBLG-1URZ0U
Dia 11 de março manhã: https://www.youtube.com/watch?v=ihFDGgtUIUU
Dia 11 de março tarde: https://www.youtube.com/watch?v=Q8JQRR_Eyek

Documento assinado eletronicamente por **Leila Giandoni Ollaik**, **Secretária-Executiva do Conselho Consultivo**, em 24/03/2026, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Costa Morgado Soares Braga**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GONCALVES DE CARVALHO**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Vercilene Dias**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Karkaju Pataxó Cahu Lopes**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Gelmini de Faria**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **andre luis nascimento dos santos**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Desiree Ramos Tozi**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Ribeiro Sampaio**, **Usuário Externo**, em 24/03/2026, às 20:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ciro Felice Pirondi**, **Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Raquel Furtado Schenkman Contier**, **Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Samara Candeira Pinho de Souza**, **Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Natalete Oliveira da Silva**, **Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **josue da costa silva**, **Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Issa de Souza**, **Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Antonio Grass Peixoto**, **Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, em 25/03/2026, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Cristina Meneguello**, **Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 23:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **7247435** e o código CRC **C385ECB7**.